

Sant'Anna admite possibilidade de acordo com parlamentaristas

Foto de Juan Carlos Gomez

BRASÍLIA — O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que vinha anunciando o fim das negociações com os parlamentaristas desde quarta-feira, admitiu ontem que ainda existe uma pequena possibilidade de entendimento sobre o sistema de Governo. A emenda presidencialista do Governo, assinada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), servirá para marcar a posição do seu grupo. "Mas as portas não estão fechadas para um entendimento", disse o Líder.

Apesar disso, deixou claro que a sua principal tarefa no momento é arregimentar forças para garantir a aprovação da Emenda Theodoro Mendes, com 54 artigos, que altera totalmente os capítulos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, no substitutivo de Bernardo Cabral.

Um contratempo indesejável para o Líder do Governo, ontem, foi a tentativa de Theodoro Mendes de negar que a emenda tivesse sido elaborada por assessores do Planalto, com a coordenação de Sant'Anna.

— É minha. A emenda não é do



Líder agora afirma que o diálogo ainda não terminou

Presidente, é minha — gritou Mendes numa entrevista coletiva concedida no seu gabinete, mas estimulada e divulgada pelo Palácio do Planalto. O Deputado garantiu que a sua proposta recebeu apenas pequenas alterações.

Quase no mesmo horário, Sant'Anna reafirmou que a emenda fora elaborada "pelos constituintes do PMDB e do PFL que apóiam o Governo".

O Líder do Governo admitiu que Mendes tinha uma emenda original, mas "ela foi enriquecida com a colaboração de companheiros". Em seguida, confirmou que teve a colaboração do Subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, que esteve no seu gabinete nos últimos dois dias.

Quanto às articulações em torno da aprovação do presidencialismo, Sant'Anna garante que estão bem encaminhadas. Ele identifica três grupos: o primeiro seria formado pelos "anti-Sarney" e pelos parlamentaristas históricos, todos defensores do parlamentarismo puro; o segundo, pelos presidencialistas; e o terceiro, pelos defensores do sistema misto, com características mais próximas ao parlamentarismo. Neste grupo estariam os Senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o Deputado Luiz Henrique (PMDB-SC).

O Líder do Governo acha que a vitória será tranquila na Sistematização, principalmente pelas características da Emenda Theodoro, que prevê o fortalecimento do Congresso "como nunca se viu antes". Ele lembra que haverá ainda a alternativa da emenda do Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), com algumas regras parlamentaristas.

Depois de reunir-se com Sant'Anna, ontem à noite, Prisco informou, entretanto, que a sua emenda é bem diferente da Emenda Theodoro. O Presidente da República é Chefe de Estado e Chefe de Governo, mas existe a figura do Primeiro-Ministro, cuja indicação é feita pelo Presidente mas pode ser derrubada três vezes. Na última tentativa, se rejeitar o Primeiro-Ministro indicado, o Congresso é dissolvido.

Ministro diz que parlamentarismo afasta investidor

BELO HORIZONTE — O Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, afirmou ontem que a adoção do parlamentarismo certamente afastará investimentos em novos projetos empresariais no País, pois nenhum investidor, nacional ou estrangeiro, aplicará recursos sem ter a certeza da consolidação do novo sistema de Governo.

— Acho uma ameaça extraordinariamente grave a instituição, agora, do parlamentarismo. Precisamos de novos investimentos, mas eles já estão paralisados devido à discussão pelos Constituintes da mudança do sistema — disse o Ministro.

Em defesa do presidencialismo, Castelo Branco afirmou estar convicto de que a mudança de sistema "vai afundar este País". Segundo ele, o Brasil não tem estrutura administrativa para suportar uma queda de Gabinete, o que ocorre com frequência no parlamentarismo. "Haverá um vácuo de poder, não se sabe por quantos meses, de consequências imprevisíveis", disse.

Castelo Branco citou ainda, em defesa do presidencialismo, a falta de partidos de linhas ideológicas definidas. Deu como exemplo o PMDB, indagando: "Se for chamado para o Governo, qual das suas correntes vai exercer o poder? O PMDB do doutor Ulysses Guimarães ou o do doutor Mário Covas?"

Para o Ministro, há muitos inconvenientes em se fazer mudanças no sistema de Governo nos momentos de crise, como agora, e lembrou que não se pode adotar o parlamentarismo sem que a sociedade seja ouvida. "Na última vez em que o povo foi consultado (há 25 anos), ele votou pelo presidencialismo. E o povo, podem ter certeza, tem intuição mais apurada que as elites".

Expedito: Emenda é 'balão de ensaio'

BRASÍLIA — O Deputado Expedito Machado previu ontem que a emenda do Deputado Theodoro Mendes para a manutenção do sistema presidencialista de governo não terá boa aceitação entre os constituintes.

— Ela é muito radical, presidencialista pura. Eu acredito que o Palácio do Planalto soltou-a como balão de ensaio para negociar uma terceira opção.

Para ele, o presidencialismo nos moldes da emenda Theodoro Mendes terá pouca adesão dos constituintes porque "não surgiu da negociação e nesta Casa não se faz nada sem negociar". Expedito não quis explicitar o porquê da sua



Theodoro admite seu entendimento com o Governo

previsão, mas segundo o Deputado Mendes Ribeiro ele também realizou uma pesquisa, dentro do "Centro Democrático", sobre as preferências sobre sistema eleitoral.

Presidencialista hoje, defensor das

diretas-já em 1984 e um auto-denominado professor de Direito Constitucional com cadeira cativa no conceito do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o Deputado Theodoro Mendes é uma personagem pública que surge de tempos em tempos. Uma notoriedade de época.

Paulista de Sorocaba, Theodoro Mendes já dividiu o espaço de personagens históricos com o Deputado Dante de Oliveira. Ele também tinha uma proposta, mais ao gosto dos detentores do poder à época, pelas eleições diretas para a Presidência da República. Submergiu em meio à guerra constitucionalista e ressurgiu agora de mãos dadas, novamente, com o Palácio do Planalto.

— Não nego que tenho me entendido com o Governo. Mas a minha proposta difere bastante da do Palácio do Planalto, de Prisco Viana (PMDB-BA) — disse ele ontem.

Este "muito" ele não sabe precisar bem.

— No meu voto de censura parece que cai ministro por ministro. No de

Prisco cai o Gabinete inteiro — comenta.

Ele, como o Palácio do Planalto, acha que, vencendo o parlamentarismo, deve haver um plebiscito nacional para um segundo turno de apreciação. Sua proposta de diretas-já também previa dois turnos.

Como constituinte, fica um pouco embaraçado quando se avalia que, havendo um plebiscito, todo o trabalho da Assembléia ficará desautorizado.

— Risca isto aí que eu disse — pede.

Da mesma forma como colocava sua emenda de diretas-já com dois turnos como algo passível de negociação para a efetivação da aliança do PMDB e o então nascente PFL — "podemos chegar a um entendimento dentro do leque ideológico que apóia a candidatura indireta (de Tancredo Neves) —, ele não acha insuperável algo que leve a um meio termo entre presidencialismo e parlamentarismo.

— Tenho a minha posição, mas não me recuso a conversar.

Deputadas acusam Cabral de não atender às aspirações femininas

BRASÍLIA — A bancada feminina na Constituinte entregou ontem ao Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães, documento assinado por 21 das 25 deputadas constituintes que acusa o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de, com seu substitutivo, "prejudicar substancialmente as justas reivindicações de 64.674.890 mulheres no Brasil".

No documento, elas denunciam a marginalização e discriminação da mulher que apesar de representarem 54% da população e 52% do eleitorado são minoria na Constituinte. Em 11 tópicos, as deputadas expõem seus pontos de vista nos aspectos social, político e econômico e pedem providências para a erradicação da miséria, dos menores carentes e a recuperação salarial.

A urgente realização da reforma agrária e os problemas da urbanização acelerada, que levou 72% da população para as cidades, além de uma ampla defesa da autonomia municipal, são outros itens do docu-



Ulysses Guimarães recebe as Deputadas Maria d'Abadia, Lúcia Braga e Ana Maria Rattes

mento — que por ter tratado apenas em linhas gerais as questões da conjuntura atual, pode alcançar consenso na bancada feminina, dividida ideologicamente.

Segundo a Deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), desde o primeiro encontro de trabalho das mulheres constituintes ficou claro que o único ponto em comum entre elas eram as questões específicas das lutas femininas. Por isso mesmo, só apre-

sentaram emendas em conjunto para assuntos ligados à mulher.

O Deputado Ulysses Guimarães disse que ficará atento para garantir a inclusão das emendas que preconizam a igualdade da mulher e se comprometeu a publicar, ao final dos trabalhos da Assembléia Constituinte, um relatório com todos os trabalhos realizados pelas mulheres. O próprio Ulysses fará a introdução e apresentação das deputadas nesse documento.

Grupo modifica o artigo sobre Forças Armadas

BRASÍLIA — "As Forças Armadas, compostas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia do poder constituído, da lei e da ordem." Esta é a emenda que será apresentada hoje pelo "Centro Democrático" ao substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

— Fica praticamente a mesma coisa. Nós só tiramos aquela frase que estava dando muita confusão — comentou o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

A emenda do "Centro Democrático" tira do Congresso a prerrogativa de solicitar a interferência das Forças Armadas em questões internas, conforme prevê o substitutivo de Cabral. Em contrapartida, acaba com o serviço militar obrigatório, porque permite a alegação de "imperativo de consciência" para não fazê-lo "em tempo de paz".

A emenda ao capítulo das Comunicações, um dos primeiros em que o "Centro Democrático" chegou ao consenso, prevê a perpetuação das concessões de rádio e televisão. Elas só seriam cassadas por ordem do Poder Judiciário em caso de violação da legislação específica.

As novas concessões também ficarão a cargo exclusivamente do Poder Executivo, para as quais o Poder Legislativo só poderá pedir "vistas ao processo", pedido endossado pela maioria absoluta dos votos do Congresso, em sessão conjunta.

Sobre a reforma agrária, o "Centro Democrático" ainda não se definiu, mas sabe que dificilmente obterá consenso, porque o tema está muito polarizado. Hoje, as principais lideranças do grupo estarão reunidas para se definir entre a proposta já existente, de especificar módulos para pequenas e médias propriedades, e uma segunda, sugerida ontem por Expedito Machado, de "doação obrigatória" para o Estado de 20 por cento de todas as propriedades acima de 500 hectares. Neste caso, a parte a ser doada também seria escolhida pelo proprietário e as benfeitorias seriam avaliadas e poderiam ser utilizadas para pagamento de impostos federais no prazo de dez anos.

— As tendências estão muito radicalizadas — explicou. — Mas nós, do Centro, vamos ser o "fiel da balança". Certamente seremos chamados a negociar, porque sem o nosso voto ninguém aprova nada. Na hora nós vamos ver com quem teremos condições de ficar.